

Reciclagem sustentável e solidária

AVINA



Créditos

Realização

Fundação AVINA

Consultoria e Redação

Report Comunicação

Direção de Arte e Projeto Gráfico

Estúdio Cachola

Foto Capa

Arquivo Rede Rua

Impressão

AWA Gráfica

Papel

Capa: Reciclato, 240g

Miolo: Reciclato, 90g

Tiragem

2.000 exemplares

Sumário

Introdução.....	03
O mercado da reciclagem no Brasil.....	04
A organização dos catadores.....	09
Desafios estruturais.....	10
Ações Transformadoras.....	13
Visão estratégica.....	15

Reciclagem sustentável



Catadores de lixo enfrentam condições precárias de trabalho e de vida nas ruas de todo o País

Mais de 500 mil pessoas, segundo estimativa do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), sobrevivem de catar e comercializar resíduos sólidos nas grandes cidades brasileiras. Pelo Brasil afora, esses catadores, também chamados carroceiros, realizam um trabalho invisível. Em suas andanças em busca de material para revender, chegam a carregar a família a bordo de suas carroças. Além disso, muitos deles ainda atuam nos lixões, onde se submetem a riscos à saúde e exploração de todos os tipos.

Os catadores não recebem remuneração adequada nem dos compradores de materiais recicláveis, nem das prefeituras que mantêm serviços de coleta ou triagem de resíduos sólidos. Os intermediários geralmente atuam na informalidade e rebaixam o preço dos produtos e, muitas vezes pagam com alimentos ou bebidas em vez de dinheiro. Já as administrações municipais geralmente não reconhecem os serviços prestados pelos catadores. Em geral, não pagam por esse trabalho e, quando o fazem, são valores ínfimos, muito inferiores aos pagos às empresas de coleta, por exemplo.

A grande oferta de mão-de-obra e a disputa acirrada pelos materiais recicláveis contribuem para que os catadores enfrentem condições precárias de trabalho e de vida. E o pior é que o número de trabalhadores que dependem exclusivamente dessa atividade para garantir a subsistência cresce a cada ano. Afinal, a matéria-

prima é abundante nos grandes centros, além de a atividade ser rudimentar, sem necessidade de conhecimentos técnicos. Muitos puxam no braço até 300 quilos por dia em ruas movimentadas, onde disputam espaços com motoqueiros, ônibus, caminhões e automóveis. São em sua maioria desempregados, moradores de rua e que trabalharam em atividades de comércio informal, construção civil, empregos domésticos, dentre outros.

A AVINA é uma instituição de origem suíça criada em 1994 pelo empresário Stephan Schmidheiny com a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável da América Latina, incentivando a construção de laços de confiança e parcerias frutíferas entre líderes sociais e empresariais, e articulando agendas de ação compartilhadas.

Suas ações em quatro áreas estratégicas – equidade, governabilidade democrática e estado de direito, desenvolvimento econômico sustentável e conservação e gestão de recursos naturais – procuram contribuir para a realização de uma América Latina próspera, integrada e democrática, inspirada na sua diversidade, e constituída por cidadãos que a posicionem globalmente a partir de seu próprio modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Atualmente conta com 24 escritórios, está associada com mais de mil líderes sociais e do setor empresarial comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região. No Brasil, onde atua desde 1999, a AVINA tem seis escritórios e mais de 200 líderes-parceiros.

A instituição é mantida pelo VIVA Trust, fundo fiduciário criado por Schmidheiny para promover o desenvolvimento sustentável por meio de alianças entre empresas privadas bem-sucedidas e responsáveis e organizações filantrópicas que fomentam a liderança e a criatividade.

<http://www.avina.net>

O mercado da reciclagem no Brasil

A taxa de reaproveitamento de resíduos sólidos, no Brasil, encontra-se em um patamar muito baixo. Estimativas apontam que os catadores respondem pela coleta de menos de 10% dos materiais recicláveis gerados nas unidades residenciais e por 3% dos resíduos sólidos depositados nos lixões das cidades brasileiras.

Apenas 327 dos 5.560 municípios brasileiros adotam sistemas de coleta seletiva. Desse universo, somente 142 (equivalentes a 2,5% do total de municípios) mantêm relação de parceria com associações e cooperativas de catadores, ou seja, menos da metade dos municípios com coleta

seletiva. Como uma das conseqüências desse quadro, aproximadamente 80% dos catadores ainda atuam nos lixões e, sobretudo, nas ruas de forma desorganizada, segundo o MNCR.

Os dados revelam uma situação injusta, uma vez que a atuação desses trabalhadores, além dos aspectos ambientais, representa uma fonte de economia para os cofres públicos e, conseqüentemente, para a sociedade em geral. Com a redução do volume de resíduos, a atividade dos catadores propicia o aumento da vida útil dos aterros sem que as administrações públicas tenham de realizar investimentos em mão-de-obra ou em equipamentos.

Num dos poucos casos de relação com o governo municipal, estimativas da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável (Asmare) de Belo Horizonte (MG) sugerem, quando remunerados, defasagem superior a 300% entre o valor do serviço prestado pelos catadores à Prefeitura e o valor desses mesmos serviços no mercado.

Coleta Seletiva



■ Municípios com coleta seletiva

■ Municípios sem coleta seletiva

Reciclagem em expansão

O consumo responsável e a correta destinação dos resíduos sólidos ainda são assuntos novos para o cidadão brasileiro. Há poucas iniciativas de orientação e conscientização, especialmente quanto à valorização do produto reciclado e do papel do catador. Apesar disso, esse mercado se expande rapidamente. Papel, alumínio e PET são os segmentos que mais crescem.

O índice global de reciclagem do lixo urbano no Brasil em 2006 foi de 11%, o que aparenta ser um retorno ao índice de 2003 (veja quadro). No entanto, o volume reciclado passou de 5,2 milhões de toneladas anuais para 5,76 milhões de toneladas no ano, ou seja, uma elevação de quase 11% no total. A taxa de reciclagem da fração seca (77 mil toneladas/dia) do lixo urbano é de 18%, sendo que 55% do lixo urbano brasileiro se compõe de matéria orgânica.

A participação dos catadores organizados nesse mercado não tem acompanhado o ritmo de crescimento das taxas de reciclagem. Estimativas preliminares do MNCR mostram que quase 90% dos resíduos entregues às indústrias da reciclagem são recolhidos por catadores que agem de forma independente, repassando tudo para os atravessadores.

Já a participação de organizações de catadores varia conforme o tipo de produto e a lógica da cadeia produtiva do segmento. As associações e cooperativas são responsáveis, por exemplo, pela reciclagem de apenas 20% a 30% dos papéis e embalagens PET e 52% das latas de alumínio, de acordo com o estudo sobre a situação do catador e as barreiras ao desenvolvimento de suas organizações realizado pela AVINA. O trabalho, intitulado *Reciclagem Sustentável e Solidária*, foi conduzido pela consultora Lúcia Peixoto Calil e inspirou essa publicação.

Total reciclado

	Volume	Índice
2003	5 milhões de toneladas	11%
2004	5,2 milhões de toneladas	10%
2005	5,76 milhões de toneladas	11%
2006	5,76 milhões de toneladas	11%

Taxa de reciclagem por tipo de material (2005)

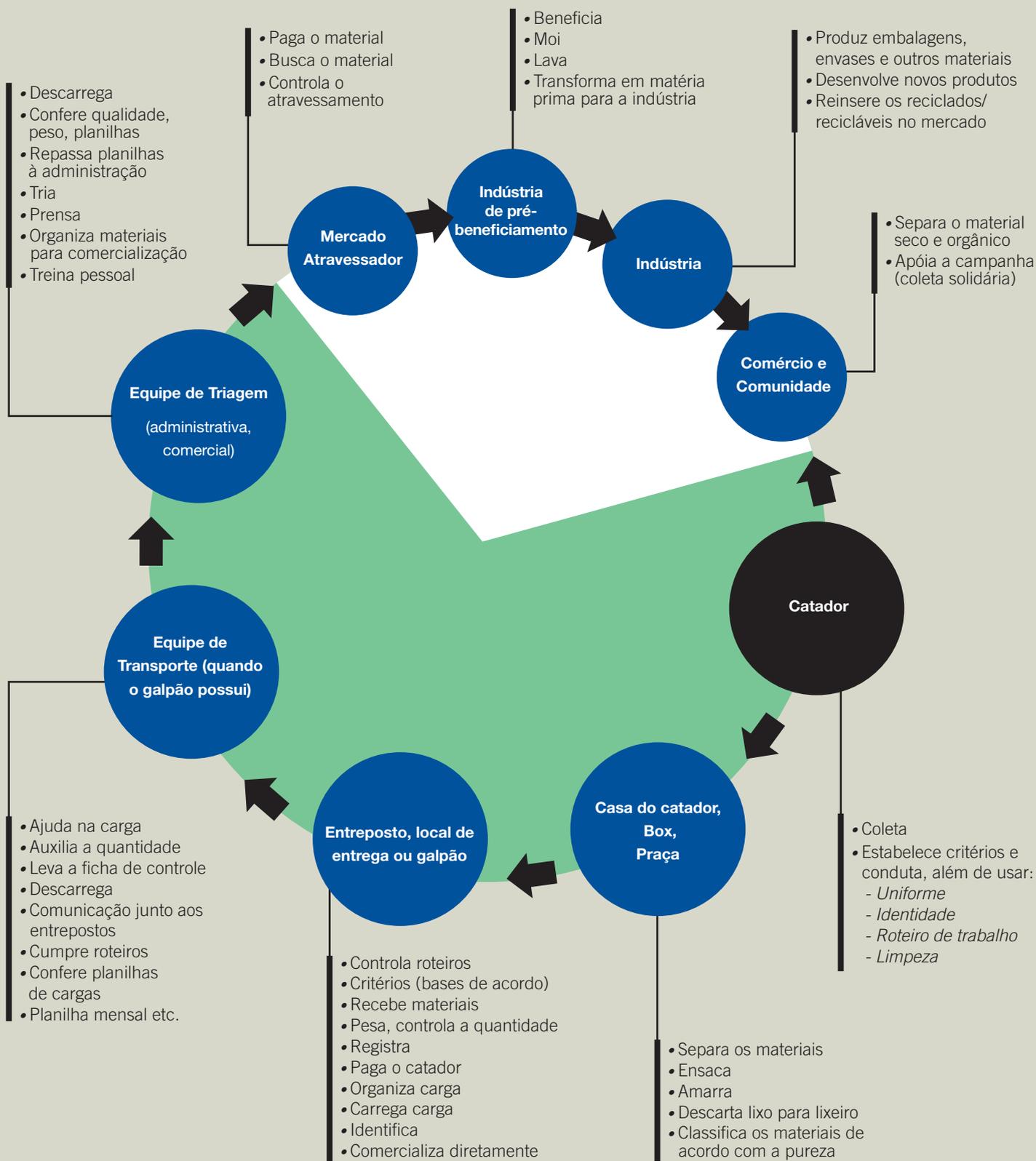
	Volume (em toneladas)	Índice de reciclagem
Papel de escritório (ofício branco)	882.400	49,5%
Papelão	2.237.000	77,4%
Plásticos (exceto PET)	290.000	20%
PET	174.000	47%
Alumínio (embalagens)	127.600	96,2%
Aço (embalagens)	160.000	29%
Vidro (embalagens)	390.000	46%
Longa Vida	40.000	23%
Pneus	127.000	58%
Orgânicos (compostagem)	843.150	3%

Fonte: Compromisso Empresarial pela Reciclagem (Cempre).

Ciclo da cadeia produtiva de reciclagem

Fonte: adaptado do site do MNCR
(www.movimentodoscatadores.org.br/ciclodacadeiaprodutiva.aspx)

- Trabalho feito pelo catador
- Restante do processo



Catadores na base da cadeia de reciclagem

A estrutura da cadeia de reciclagem é rasa e piramidal. No topo da pirâmide, encontra-se um pequeno número de indústrias de reciclagem. Abaixo delas, há os intermediários, que geralmente formalizam o processo, uma vez que articulam uma ampla rede de atravessadores – desde pequenos sucateiros e donos de depósitos, até grandes cartéis associados a empreiteiras. Estes, por sua vez, impõem as condições precárias de trabalho aos catadores, que, na base da pirâmide, atuam majoritariamente por conta própria, em lixões ou vias urbanas.

Os intermediários forçam uma relação de dependência e compram os materiais coletados a preços irrisórios. Na Bahia, por exemplo, as embalagens PET são vendidas pelos catadores a R\$ 0,15 o quilo e revendido pelos atravessadores a R\$ 0,90 o quilo. Atuando individualmente, os catadores não contam com equipamento de segurança individual ou capacitação, não seguem noções básicas de higiene e tampouco são instruídos para manusear os resíduos de maneira correta. Além disso, não têm acesso a equipamentos que permitam gerar escala de produção.

As associações e cooperativas de catadores buscam colocar-se no nível médio da pirâmide. Porém, em geral não dispõem de instalações, equipamentos e instrumentos de trabalho adequados.

Nos últimos cinco anos, a presença de “novos” atores nessa cadeia expandiu-se rapidamente. Condomínios residenciais, clubes recreativos, estabelecimentos comerciais e outros agentes entregam os resíduos sólidos diretamente aos intermediários, eliminando a atuação dos catadores, reduzindo ainda mais sua possibilidade de trabalho e renda.



Foto: Arquivo Rede Rua

Essa estrutura é fruto das políticas implementadas pelas empresas consumidoras de recicláveis, que privilegiam:

- **Quantidade (fornecedores que têm capacidade de entregar os volumes adequados à sua operação);**
- **Qualidade do produto (materiais limpos, prensados e enfardados);**
- **Regularidade na entrega;**
- **Pagamentos faturados em 30 a 40 dias.**

A concentração dessas indústrias em poucas regiões também faz com que grande



contingente de catadores não tenha acesso aos mercados compradores. Dessa maneira, o intermediário ou atravessador torna-se o principal detentor do mercado na etapa de comercialização. Como mencionado anteriormente, o preço que ele impõe aos catadores pode ser até seis vezes inferior ao que é pago pelas indústrias consumidoras.

Muitas empresas ainda preferem comprar materiais reciclados de intermediários. Alguns especialistas afirmam inclusive que há uma “solidariedade perversa” entre o atravessador e a indústria, permitindo a geração de excedentes superiores a 500%, dos quais apenas 10% se destinariam aos catadores.

As tecnologias de transformação, nas etapas anteriores ao processamento industrial, poderiam ser assumidas pelos catadores. Entretanto, as cooperativas não dispõem dos recursos financeiros necessários, que envolveriam altos custos com capacitação, plantas industriais, logística e outros as-

pectos pertinentes ao processo produtivo. Além disso, o acesso das cooperativas ao crédito financeiro encontra barreiras e as linhas de crédito disponíveis no mercado são incompatíveis com as características das organizações de catadores.

A solução está na conquista da cadeia produtiva da reciclagem, atuando na catação da matéria-prima, na separação, no beneficiamento e na venda do produto final. Já há iniciativas neste sentido, como a da Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava (CAEC), na Bahia, que beneficia plástico para produção de garrafas de água sanitária, que por sua vez, também será produzida e envasada pela cooperativa para colocação no mercado.

Para obter essa conquista, os catadores precisam ter um processo organizado de trabalho, além de firmar parcerias com ONGs, empresas e governo. O poder público já proporcionou um avanço nesse sentido a partir do lançamento de uma linha de financiamento do BNDES voltada para cooperativas de catadores.

Com o objetivo de facilitar o domínio da cadeia, foram criadas redes de comercialização, que reúnem associações e cooperativas para agregar valor ao material recolhido pelos catadores. Com essa união, as centrais oferecem volume e qualidade diretamente à indústria. Algumas dessas centrais já estão atuando em São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e há outras se formando em todo o País.

A organização dos catadores

“Os catadores de materiais recicláveis organizados permitem a reconciliação da relação ser humano-natureza, numa perspectiva socialmente justa, ambientalmente sustentável, sanitariamente correta e economicamente solidária”

Bertrand Sampaio de Alencar,
Associação Pernambucana de
Defesa da Natureza (ASPAN)

A criação do MNCR

Os primeiros passos em direção a uma articulação nacional dos catadores ocorreram durante o I Encontro de Organizações Populares de Catadores de Papel e Materiais Reaproveitáveis, realizado na cidade de Santos, em 1992. Foi a primeira vez que os atores discutiram a necessidade de se organizarem. Sete anos depois, em 1999, criou-se o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis evento que reuniu mais de 1.700 trabalhadores na capital federal.

No ano 2001, o MNCR lançou a Carta de Brasília, na qual expressava suas reivindicações, fundadas em três pilares centrais:

- 1. Reconhecimento da profissão;**
- 2. A inclusão social dos catadores, com recursos públicos para atender necessidades básicas de habitação, saúde, educação e trabalho (incluindo capacitação técnica, tecnológica, gerencial e em desenvolvimento humano);**
- 3. Participação ativa no processo de industrialização dos materiais recicláveis.**

Importante interlocutor junto ao governo e às empresas, o Movimento já soma conquistas importantes. Além de obter o reconhecimento da profissão (veja Quadro), estabeleceu bases de operação em São Paulo e em outras cidades brasileiras.

Além disso, o MNCR influenciou na criação

do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Lixo em setembro de 2003. O objetivo do grupo é a formulação de um projeto de combate à fome, no âmbito do Programa Fome Zero, associado à inclusão social dos catadores e a erradicação dos lixões.

O MNCR realizou ainda um estudo em conjunto com a ONG Pangea Centro de Estudos Socioambientais, em parceria com o Grupo de Estudos de Relações Intersectoriais – GERI, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia. A pesquisa aponta que a eficácia das organizações de catadores está diretamente relacionada ao seu nível de capitalização. Por meio da pesquisa, o Movimento propõe a constituição de um kit composto por uma estrutura de galpões, equipamentos e cami-

nhões que dariam competitividade a essas cooperativas. A partir desses investimentos, conclui-se que o valor do posto de trabalho varia entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil, dependendo do grau de organização das cooperativas. Trata-se de um dos investimentos mais baixos por posto de trabalho. Com base no número de associados ao MNCR, o estudo propõe investir cerca de R\$ 178 milhões para gerar 39 mil postos de trabalho para catadores em 199 cidades.

Atualmente, o MNCR representa cerca de 300 associações e cooperativas de catadores das quase 500 que se constituíram nos últimos 10 anos. Essas organizações englobam pouco mais de 10% dos catadores em atividade no Brasil. Suas ações hoje estão voltadas à capacitação para coleta, preparação e comercialização dos resíduos.

Profissão: catador de recicláveis



Foto: Arquivo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – Portaria nº 397, de 09/10/02, do Ministério do Trabalho e Emprego, os catadores de materiais recicláveis são aqueles que “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis. São profissionais que se organizam de forma autônoma ou em Cooperativas/Associações com diretoria e gestão dos próprios catadores”.

Desafios estruturais



A Economia da Reciclagem

As empresas privadas praticamente dominam o processamento e a transformação de materiais reciclados. Esse mercado apresenta pouca transparência em relação ao volume e ao preço dos materiais, ao total de recursos movimentados e, conseqüentemente, à sua participação no PIB brasileiro. O passivo social incorporado ao produto também não é contabilizado pelas indústrias recicladoras.

Os seguintes fatores contribuem para essa situação:

- Ausência de um marco regulatório para atribuir responsabilidade legal em relação ao pós-consumo;
- Falta de incentivos tributários à geração de trabalho e renda e à

promoção dos direitos de cidadania dos catadores;

- Inexistência de instrumentos de controle das quantidades e tipos de materiais efetivamente reciclados, o que dificulta a mensuração dos custos ambientais e sociais envolvidos;
- Carência de estudos que projetem o desenvolvimento do mercado, a oferta e a demanda de produtos reciclados, as tendências de preços e outros fatores importantes.

Dessa maneira, não é possível formular estratégias compatíveis com as características de cada região, que possibilitariam economia de escala no setor. Essas barreiras também reduzem o alcance das iniciativas de responsabilidade social empresarial e comprometem a sustentabilidade da participação dos catadores na cadeia de reciclagem.

A economia da reciclagem hoje

- Economia formal
- Apelo ambiental
- Liderança em RSE

- Economia informal
- Violência
- Trabalho precário

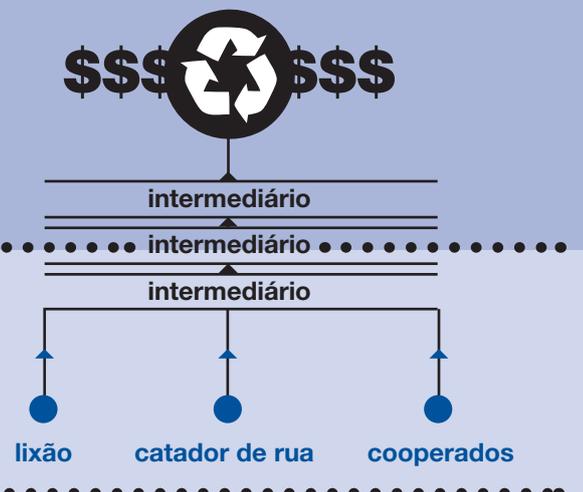




Foto: Arquivo Rede Rua

1. Ausência de marco legal da gestão de resíduos

A formulação de uma política nacional para a gestão dos resíduos sólidos vem se arrastando desde a década de 1990, obrigando o setor a conviver com um emaranhado de normas e leis dispersas em diferentes órgãos e níveis do Governo. Apesar da inexistência de uma política nacional de resíduos sólidos, em 5 de janeiro de 2007, ocorreu a promulgação da Lei do Saneamento Básico (11.445/07), que incorpora importantes propostas, como o estabelecimento de condições especiais para a contratação de cooperativas e associações de catadores e a previsão de controle social desses serviços.

Outro marco importante é o decreto No. 5.940/2006, de 26 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Seria importante também instituir no País a responsabilidade pós-consumo, que hoje é restrita a alguns setores, como o de embalagens de agrotóxicos. Trata-se de um impasse na consolidação da po-

lítica de resíduos sólidos que esbarra no posicionamento contrário da indústria.

A importância do marco legal também está em estabelecer as regras de mercado e o valor econômico para a atividade. No momento, a legislação existente não provê um apoio adequado ao catador e não oferece incentivo às empresas.

2. Fragilidade das políticas públicas de inclusão do catador

Os lixões constituem áreas de insalubridade e violência e são considerados por pesquisadores como o ápice da exclusão. Afinal, geralmente estão localizados em locais afastados, onde não ficam sob a vista da sociedade. Além disso, os que vivem do lixão não têm acesso a bens de serviços públicos, como educação e saúde, e nem à assistência social.

Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 12 regiões metropolitanas podem ser priorizadas nas ações que tratam de resíduos sólidos. Dos R\$ 40 bilhões previstos para serem destinados a saneamento (R\$ 32 bilhões do governo federal e R\$ 8 bilhões de contrapartida de estados, municípios e setor privado), uma parcela ainda em definição seria destinada a iniciativas de tratamento e reaproveitamento do lixo.

Devem ser atendidas as regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador, Belém, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal.

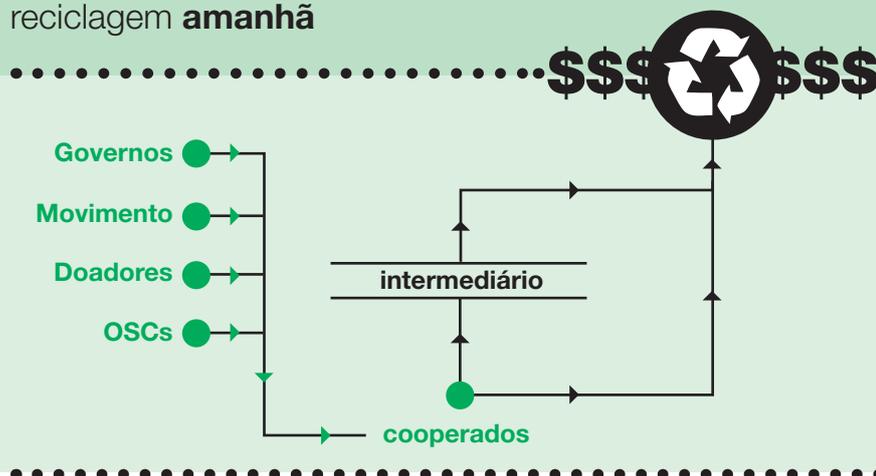
No entanto, a medida não parece ser completamente satisfatória. É preciso também criar alternativas de renda à população que será retirada dessas áreas e cuidar para que as crianças sejam afastadas definitivamente dessa atividade, marcada pelo trabalho infantil.

“Nos lixões, as pessoas vivem do lixo, moram no lixo e são tratadas como lixo. É um problema de todos, mas que o poder público transfere apenas para os catadores.”

Luiz Henrique da Silva

Membro da Comissão Nacional do MNCR

A economia da reciclagem **amanhã**



3. Dispersão e falta de informação sobre o setor

Não existem muitas informações sobre os catadores e o mercado de reciclagem. Sabe-se pouco sobre o perfil do catador – número de trabalhadores, caracterização socioeconômica, condições de vida etc. O peso econômico da atividade também é desconhecido: há poucas informações sobre os preços de mercado dos diferentes produtos, a tecnologia empregada para processá-los e o custo de organização/incubação de associações e cooperativas, entre outros fatores.

Do ponto de vista da gestão, também existem poucos estudos sobre o assunto. Os municípios estão em fases diferentes e não há troca de informações. Mesmo no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, onde aconteceu uma tentativa de agrupar a informação, não foi possível estabelecer alicerces para a criação de um sistema de informação comum. Ambientalistas também apontam para a fragilidade da metodologia utilizada pelo governo federal no banco de dados sobre saneamento, que constituiria um primeiro passo para a coleta de informação sobre o setor.

4. Limitações das práticas de RSE

Em alguns casos, as práticas de responsabilidade social empresarial (RSE) ajudam a diminuir a influência do atravessador e privilegiar o catador. Destacam-se, nesse sentido, as seguintes estratégias:

- Estimular o consumidor final a trazer seus recicláveis para posterior doação a cooperativas;
- Doar os resíduos da empresa diretamente às cooperativas de catadores (em que também poderiam participar condomínios residenciais);
- Realizar compras diretas de materiais em associações e cooperativas;
- Estabelecer acordos de apoio à formação de redes de comercialização e transporte de materiais, beneficiando organizações de catadores de determinadas regiões;
- Apoiar o treinamento de catadores para o preparo do material (lavagem, prensagem, enfardamento);
- Fornecer máquinas e equipamentos de trabalho (uniformes e equipamentos de proteção individual, prensas, balanças etc.).

No entanto, as empresas ainda precisam mudar sua visão assistencialista de responsabilidade social, passando a ter uma atitude de transformação interna de seus processos. Desta forma, ficaria mais claro para elas o impacto positivo que os catadores têm nas empresas.

Outro ponto importante seria estabelecer um marco legal que responsabilizasse os geradores de resíduos desde a fonte de matéria-prima do produto até sua embalagem. Atualmente, o ônus da reciclagem está totalmente nas mãos da sociedade e do meio ambiente. No entanto, é preciso que as empresas também sejam tributadas conforme o impacto ambiental de cada setor seja de bens de consumo ou de serviços.

“É necessário que o poder público apóie pesquisas e levantamentos sobre o setor, mapeando dados sobre toda a cadeia produtiva. Sem esses números, continuamos a nos apoiar em estimativas e aproximações que não reproduzem com precisão a realidade desse mercado predatório.”

Elizabeth Grimberg

Coordenadora da Área de Ambiente Urbano do Instituto Pólis

Ações transformadoras

Iniciativas inovadoras

A atuação da AVINA no segmento da reciclagem, até 2003, consistia no apoio a lideranças que assessoravam o MNCR ou organizações dos catadores, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Nos anos seguintes, a AVINA ampliou sua atuação, dando suporte a iniciativas inovadoras.

- **Constituição do Comitê de Co-Financiamento do Nordeste, com a participação de diversas empresas da região.**
- **Criação da Rede de Comercialização de Materiais Recicláveis por Catadores, de amplitude nacional. Iniciativa conjunta entre AVINA, Petrobras e Fundação Banco do Brasil.**
- **Criação do fundo “Investimento Reciclável”.** Trata-se de um fundo rotativo de investimento em cooperativas, resultado da articulação com o Banco ABN AMRO Real, a Companhia Suzano de Papéis e o Instituto Ecofuturo.
- **Projeto Pró-Recife.** Uma parceria com Petrobras, Instituto Wal-Mart, Pangea e Fórum Lixo e Cidadania de Pernambuco (FLIC-PE) que pretende estruturar uma cooperativa central para a posterior formação de uma rede de comercialização.
- **Apoio ao Projeto Vínculos Sólidos do Instituto Ethos,** que estimula o envolvimento das empresas no tema de reciclagem com inclusão dos catadores.
- **Intercâmbio com países latino-americanos.**

Essas ações apresentam propósitos claros, que reconhecem o protagonismo político, econômico e social de diferentes atores, fortalecem as organizações dos catadores e fomentam o diálogo com outros agentes. O objetivo maior da AVINA consiste em promover articulações intra e intersetoriais, voltadas para a construção coletiva de modelos viáveis de ação conjunta e com potencial de impacto.

A organização busca colaborar com o movimento de catadores construindo alianças e parcerias comprometidas com o processo. A seguir, citamos algumas ações bem-sucedidas, porém não diretamente ligadas à Avina.

Experiências de sucesso

1. Londrina: parceria entre governo e catadores

Em Londrina (PR), uma parceria entre a prefeitura e os catadores já se tornou uma referência nacional: 100 toneladas de materiais recicláveis – o que representa 25% do total de resíduos da cidade – são coletadas por dia, constituindo o maior índice do País. Um dos diferenciais está na coleta porta-a-porta, que acaba por criar um vín-



Foto: Arquivo AVINA

culo do catador com a comunidade, reforçando seu papel como profissional. Como consequência, a qualidade do material recolhido aumenta e o índice de rejeitos orgânico diminui.

O programa teve início em 2001, com uma iniciativa que visava à retirada dos catadores do aterro da cidade. Foram criados 29 grupos – centrais de triagem – onde 500 catadores separam e vendem em conjunto. A criação das centrais foi fundamental para diminuir as distâncias percorridas pelos catadores. Elas servem para acumulação temporária do material recolhido, de onde são levadas, por caminhões da prefeitura, para uma central de prensagem e venda.

Hoje, 80% dos catadores participantes são mulheres, que viram na atividade uma alternativa de renda. Como a quantidade de material é maior, os preços obtidos também são melhores. O sucesso do trabalho também pode ser medido pelo aumento do número de indústrias de beneficiamento de material reciclado na região metropolitana de Londrina.

Um dos desafios enfrentados agora pelos organizadores constitui garantir o atendimento à população, já que a demanda pela coleta aumentou. Para isso, é preciso constante replanejamento de rotas e gerenciamento de catadores.

“É gratificante ver que o programa deu certo e em grande parte isso aconteceu por conta da participação da população. Já tem catador passando de kombi nas casas para dar conta de tanto material.”

Rosemeire Suzuki Lima, coordenadora do Programa de Coleta Seletiva de Londrina



Foto: Arquivo Pangea

2. CAEC forma parceria com Wal-Mart em Salvador

Desde 2005, as lojas da rede de supermercados Wal-Mart na região de Salvador (BA) contam com postos de reciclagem para seus clientes. Mais de 200 catadores da Cooperativa de Catadores e Agentes Ecológicos de Canabrava (CAEC) passam nos postos de coleta e levam o material – que chega a cerca de 45 toneladas por mês – para a sede da cooperativa, onde é feita a triagem, prensagem e comercialização dos resíduos.

A parceria envolve o Wal-Mart – que buscava soluções para ter uma atuação mais ambientalmente responsável –, os catadores, a população e o Centro de Estudos Socioambientais Pangea, que oferece apoio à logística da coleta e ações de educação ambiental.

A próxima etapa do programa prevê que os resíduos da própria loja também sejam doados para a cooperativa a partir de uma coleta seletiva interna. Além disso, a rede de supermercados pretende expandir o programa para toda sua rede. A primeira cidade a ser contemplada será Recife.

O programa recebeu um prêmio internacional do Wal-Mart como sendo um dos quatro melhores projetos de sustentabilidade da rede varejista ao redor do mundo na categoria “Ajudando Pessoas por um Mundo Melhor”.

3. Prefeitura de Diadema remunera catadores

Remuneração e comprometimento são as palavras de ordem do Programa Vida Limpa, em Diadema (SP). Em cinco regiões do município, 50 catadores vinculados à Associação Pacto Ambiental passam de porta em porta em horários pré-determinados recolhendo material separado pelos moradores. Depois de coletarem o material de sua região, os catadores seguem para os depósitos – chamados de bacias – onde armazenam o resultado da coleta. Quando as bacias estão cheias, um caminhão da prefeitura faz o transporte do material para uma central.

Ao final do mês, além do valor da venda desse material, os catadores são remunerados pelo serviço de limpeza urbana da prefeitura, que paga a eles o mesmo valor que seria repassado às empreiteiras: R\$ 40,49 por tonelada de material reciclável coletado. Com o valor pago pela prefeitura, o salário dos catadores pode chegar a R\$650 por mês e os grupos passaram a se organizar para ter acesso aos benefícios do INSS.

O resultado, depois de um ano de programa, foi uma economia de R\$120 mil para o município e um total de 1 mil toneladas de resíduos retiradas, o que já representa 3% do volume gerado na cidade. Apesar de aparentemente pequeno, esse número já representa um crescimento de 60% em relação ao ano anterior.

“Em Diadema, a coleta seletiva é de responsabilidade dos catadores, com apoio da prefeitura e da população. Acabou gerando um vínculo entre a comunidade e os catadores, da mesma forma como com o carteiro”.

Carlos Henrique Oliveira,
coordenador do Programa Vida Limpa

“Aqui temos estatuto, regimento e horário para cumprir. Sei que isso traz algumas dificuldades para os catadores que preferem ficar autônomos. Em compensação, vendemos por um preço bem maior e direto para as empresas que compram material reciclado. Além disso, cumprimos a exigência de contribuir com o INSS e ainda temos uma remuneração fixa da prefeitura que nos ajuda bastante.”

José Lacerda Borges, catador e presidente da Associação Pacto Ambiental

“Com a parceria, nossos rendimentos já quase duplicaram, chegando a quase R\$ 500 por mês. Afinal, pegamos o material vindo das lojas e vendemos diretamente ao comprador final, sem atravessador. Fora isso, a rede ainda oferece café-da-manhã e almoço para os cooperativados. Além dessas vantagens, como o trabalho necessitava de muita mão-de-obra, foi possível aumentar o número de cooperativados de 125 para mais de 200.”

Sônia dos Santos, presidente da CAEC.

Visão Estratégica

O desafio da reciclagem sustentável

A reciclagem é considerada uma das molas propulsoras do processo de desenvolvimento sustentável, já que traz reconhecidos ganhos nas dimensões econômica, social e ambiental. Nesse sentido, ampliar a conscientização sobre sua importância é um primeiro e essencial passo – e praticar a reciclagem sustentável ainda se mantém como um imenso desafio.

No âmbito econômico, há um cenário de grandes oportunidades. Especialistas fazem estimativas bastante positivas em relação ao mercado de reciclagem, que movimentará US\$ 1,2 bilhões no Brasil por ano. Segundo Sabetai Calderoni, no livro *Os Bilhões Perdidos no Lixo* perde-se, pela não reciclagem, R\$ 4,6 bilhões por ano, podendo chegar a R\$10 bilhões até o fim da década. Só a indústria de reciclagem de plásticos seria responsável por metade desse faturamento. De acordo com o Instituto Sócio Ambiental dos Plásticos, o número de empresas recicladoras no País aumentou em 104% entre os anos de 2003 a 2005.

Do ponto de vista das empresas, a reciclagem apresenta claros benefícios aos negócios inclusivos. Processos produtivos ecoeficientes geram economia de energia e de matéria-prima, além da melhoria de reputação. No entanto, as organizações precisam estar mais bem informadas em relação aos

desdobramentos e impactos de um projeto de reciclagem, de maneira a evitar que passem a alimentar ciclos socialmente nocivos, como o que hoje movimentam os 500 mil catadores de papel, responsáveis principais pela ponta dessa cadeia produtiva e que vivem em situação de extrema pobreza, excluídos da sociedade.

Em relação ao aspecto ambiental, os catadores realizam um trabalho de extrema utilidade, ampliando a capacidade de reciclagem de resíduos. No que se refere ao ambiente urbano, a atividade prolonga o tempo útil dos aterros e presta um serviço complementar de limpeza urbana. No entanto, essa prática não é valorizada pelas administrações municipais, que, na maioria dos casos, preferem ignorá-la a reconhecer sua importância.

Esta publicação apresenta diversas iniciativas que têm obtido bom resultado em proporcionar a inclusão social desses trabalhadores. Porém, são ações ainda isoladas, com impacto reduzido diante da abrangência desse mercado. Reconhecer o trabalho realizado pelos catadores com pagamento justo pelos serviços prestados seria um importante passo rumo a um modelo de negócios que proporcione uma vida mais digna a esses trabalhadores. Ainda há muito a se fazer no sentido de criar políticas públicas capazes de assegurar a inclusão desse contingente no mercado de trabalho formal.

Impresso também em Espanhol e Inglês
Versão eletrônica: www.avina.net

